



Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO
Governo da República Federativa do Brasil

DOCUMENTO DE PROJETO

Código do Projeto: GCP/BRA/070/EC

Título do Projeto: Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira

Sede do Projeto: Ministério do Meio Ambiente

Secretaria Executiva

Telefone: 3317-1205

Fax: (61) 3317-1770

Área Temática: Biodiversidade

Instituição Nacional Executora: Ministério do Meio Ambiente

Duração: 51 meses

Início: 01/10/2008

Término: 31/12/2012

Fonte de recursos: Comunidade Europeia - €5.880.000,00

Breve Descrição do Projeto: O Projeto GCP/BRA/070/EC é fruto da cooperação bilateral Brasil-União Europeia (Ajuste Complementar AEA/2005/018-598) e objetiva contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de influência da BR-163 no estado do Pará, por meio da implementação do primeiro Distrito Florestal, desenvolvimento local sustentável e fortalecimento da sociedade civil. O desenvolvimento dessa região será particularmente direcionado para o desenvolvimento da sociedade e da comunidade local através do treinamento em gerenciamento e mediação de conflitos, bem como em métodos de produção sustentável e apoio à produção e mercado.

Aprovado em 02.10.2008

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Embaixador Luiz Henrique P. da Fonseca

Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE

Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional

José Tubino

Representante da FAO no Brasil

Pela Agência Executora Nacional

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretária Executiva

Ministério do Meio Ambiente

ANEXO II

DISPOSIÇÕES TÉCNICAS e ADMINISTRATIVAS (DTAs)

(REVISADAS)

**Título do Projeto: “Manejo Florestal, Apoio à Produção
Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia
Brasileira.”**

Número: ALA/2006/018-598

ÍNDICE**I Descrição do projeto**

- I.1 Antecedentes
- I.2 Beneficiários finais
- I.3 Estratégia de intervenção implementação da metodologia
- I.4 Objetivo geral
- I.5 Objetivo específico
- I.6 Resultados esperados
- I.7 Atividades

II Duração e localização

- II.1 Duração
- II.2 Localização

III Implementação: Estrutura e organização

- III.1 Estrutura institucional do projeto (Responsabilidades das Partes)
 - III.1.1 Ministério do Meio Ambiente
 - III 1.2 ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
 - III 1.3 Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO
 - III 1.4 Comissão Européia
 - III.1.5 Comitê Consultivo do Projeto
- III.2 Procedimentos
 - III.2.1 Planos operacionais
 - III.2.2 Liberação das contribuições da CE e do Beneficiário
 - III.2.3 Celebração de contratos
 - III.2.4 Gestão financeira e contabilidade
 - III.2.5 Relatórios
 - III.2.6 Monitoramento, avaliação e auditoria
 - III.2.7 Finalização do projeto

IV Financiamento e orçamentos**V Meios previstos e modos de complementação****VI Condições especiais****VII Anexos**

- | | | | | |
|-------|---------|--|----|---------------|
| VII.1 | Anexo A | Tabela resumo das modalidades de licitação | | |
| VII.2 | Anexo B | Matriz | do | Quadro Lógico |

I DESCRIÇÃO DO PROJECTO

I.1 Antecedentes

A emenda da Memória de Entendimento sobre a cooperação entre a União Europeia e Brasil assinada em 8 de abril 2004, faz referência ao controle do desmatamento e desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas da fronteira agrícola, com prioridade para a cooperação entre as partes. Também menciona que atenção especial deve ser dispensada para o envolvimento de atores locais, inclusive organizações da sociedade civil. Esforços de identificação de projeto anteriores foram dirigidos à área de influência da Rodovia BR-163 (de Cuiabá até Santarém) que enfrenta altas taxas de imigração e potencial de ocupação ilegal, conflitos entre diversos grupos de interesse e destruição do meio ambiente, principalmente por causa da exploração ilegal de madeira e abertura de terras para agricultura.

Recentemente o governo aprovou a Lei de Gestão das Florestas Públicas, sancionada pelo presidente Lula em 2 de março de 2006. Associado a esta lei o governo criou a área do Distrito Florestal, volto para as políticas públicas do manejo sustentável das florestas. Esta área está localizada na região da BR 163 e totalizando 19 milhões de hectares, incluindo 9 novas unidades de conservação (7,4 milhões de hectares) criadas desde 2003.

No início do mês de junho de 2006, o Governo também anunciou formalmente o Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163.

I.2 Beneficiários Finais

Beneficiários diretos:

- Moradores da área do Distrito Florestal, pela redução dos conflitos locais e o reforço dos seus direitos de concessões, bem como com a definição clara das áreas de produção sustentável;
- A população local que terá a oportunidade de se envolver nas atividades florestais sustentáveis, produção de produtos não madeireiros e provisão de serviços ambientais, com melhoria de renda;
- Técnicos Locais que serão treinados para a implementação do Distrito Florestal e dos planos de Manejo Sustentável da Região.

Beneficiários Indiretos:

- A população regional e nacional que beneficiarão da produção sustentável da região e da ausência de especulação imobiliária, corte ilegal de madeira e da proteção da floresta e sua biodiversidade;
- Habitantes de outras regiões da Amazônia que beneficiarão da experiência adquirida no primeiro Distrito Florestal;
- Melhorias do manejo florestal e territorial e da produção sustentável inibirão o desmatamento e as queimadas ilegais, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas, beneficiando todos os povos da terra.

I.3 Estratégia de intervenção e implementação da metodologia

Desde o começo do governo Lula, em 2003, a área de influência da BR 163 é tida como prioridade devido à sua decisão política de seguir adiante com a pavimentação desta rodovia, o que implicará numa pressão crescente nos recursos naturais da região.¹

A ocupação da área, como em qualquer outra parte da região amazônica, acontece de forma irregular com a ocupação das terras públicas por grileiros, exploração ilegal e insustentável dos recursos naturais e o avanço se controle da fronteira agrícola. A ausência do estado nessa região com a concomitante regulamentação e a violência resulta em fortes conflitos sobre os recursos naturais.

Para atender a este problema, o governo está comprometido em inserir o asfaltamento no plano de desenvolvimento regional para a área de influência da rodovia, alinhado a outros dois planos Federais: Plano para a Amazônia Sustentável (PAS) e Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento Ilegal da Amazônia. Esses dois planos formam a matriz para a formulação da política governamental em conexão com o estado da Amazônia e as iniciativas locais. O plano para uma BR 163 sustentável em suma, envolve 17 ministérios na forma de Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) criado por decreto e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e constitui a estrutura para a implementação da presente proposta.

O plano da BR 163 Sustentável passou por duas consultas públicas e foi oficialmente anunciado no início de junho de 2006. Na realidade, alguns resultados já podem ser notados, na maioria devido à integração de esforços com o plano de prevenção e controle do desmatamento ilegal da Amazônia. Um forte indício disso é a redução significativa do desmatamento (aproximadamente 90%) no oeste do Estado do Pará, ao longo da rodovia, o que pode ser correlacionado com quatro elementos principais: A criação de 13 Unidades de Conservação, a liberação de medidas cautelares impostas numa área que soma 8,2 milhões de hectares, a assinatura de um decreto (MDA/INCRA nº 010/2005), que regulamenta o registro de propriedades rurais e o crescente monitoramento e controle na região.²

A Lei de Gestão de Florestas Públicas foi aprovada em março de 2006. Essa lei busca garantir o manejo sustentável das florestas públicas e a produção de madeira através de um sistema de controle das concessões de florestas. Ela também cria o Serviço de Florestas e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Florestal. No sentido de permitir a sua imediata implementação na área da BR 163, esta lei prevê ainda uma autorização especial para o primeiro ano de concessão de florestas nas regiões localizadas num raio de 100 km ao longo da rodovia, bem como nas Florestas Nacionais já existentes. Sucessivamente, outros planos de concessão de florestas deverão ser elaborados para os anos seguintes. Esses arranjos acelerarão o manejo territorial e uso sustentável dessas áreas altamente sensíveis. A aprovação dessa legislação foi a pré-condição para a viabilidade da presente proposta.

¹ A rodovia foi aberta em 1973, mas ainda tem varias seções grandes de terra, dificultando a circulação de pessoas e mercadorias.

² De acordo com estimativas do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2005 o desmatamento no ocidente do Estado de Pará aos lados da rodovia diminuiu em 91% comparado com 2004. Veja a apresentação do Plano de Ação pela prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: (http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004_2005.pdf).

O projeto terá três componentes:

1. Manejo das Florestas Públicas no Distrito Florestal. Principais ações concernentes:
 - Identificar e mapear as áreas públicas com potencial para o uso sustentável dos recursos naturais da floresta;
 - Estabelecer as normas necessárias e regulamentação para o uso manejo das florestas públicas do Distrito Florestal, conforme a lei de Florestas Públicas (Lei No. 11284, 03/03/2006);
 - Implementar projetos para o uso sustentável dos recursos das florestas através do gerenciamento das Florestas Nacionais, nas áreas destinadas às comunidades e nas áreas distribuídas através de concessões;
 - Estabelecer um sistema de monitoramento e controle da gestão florestal no Distrito Florestal que permita o manejo ambiental, administrativo e sócio-econômico dessa área;
 - Estabelecer um programa de suporte visando a estruturação e o fortalecimento do setor florestal da região, através de treinamento, assistência técnica, crédito e pesquisa florestal.

2. Apoio às iniciativas de produção sustentável através das seguintes ações:
 - Desenvolver o plano de perspectiva e de gestão ambiental e territorial para as práticas dos agentes públicos e privados envolvidos na formulação e implementação do Plano da BR-163;
 - Promover e implantar sistemas de informação geográfica (SIG) dedicados ao gerenciamento territorial local;
 - Apoiar iniciativas inovadoras de emprego e geração de renda através da exploração sustentável dos recursos naturais, mediante projetos integrados na base territorial;
 - Desenvolver recursos humanos e sociais para a gestão e planejamento territorial;
 - Promover a troca de experiências em níveis regional, nacional e internacional entre as iniciativas de planejamento e gestão ambiental e territorial;
 - Apoiar a formação de redes de atores locais associados às dinâmicas locais e regionais de desenvolvimento sócio-ambiental;
 - Consolidar o processo de planejamento e gestão ambiental das áreas cobertas pela ação do projeto da FAO – GESTAR e PROAMBIENTE, conforme previsto no plano da BR-163.

3. Fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.
 - Intensificar a interação entre as organizações da sociedade civil em nível local e regional e consolidar a capacidade de monitoramento e intermediação de conflitos do consorcio para o desenvolvimento Sócio-ambiental da BR-163 (CONDESSA), uma aglomeração de organizações da sociedade civil, liderada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA);
 - Retomar as iniciativas de treinamento de líderes das organizações locais na região para que eles possam influenciar, monitorar e mediar o processo de asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém;
 - Apoiar as organizações de produtores, técnica e financeiramente, de forma a qualificá-los melhor para que possam participar nos programas de governo;
 - Consolidar o sistema de comunicação comunitária como implementado pelo projeto “Apoio ao Consorcio para o Desenvolvimento Sócio-ambiental da BR-163”, a ser financiado pelo PPG7;

- Consolidar os instrumentos de procedimentos e estratégias de gerenciamento administrativo, contábil e financeiro para o fortalecimento institucional do CONDESSA.

A implementação seguirá a interação participativa através do envolvimento do consorcio existente das organizações da sociedade civil coordenada pela ONG Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e a realização de consultas públicas e editais para exploração sustentável de áreas selecionadas na região do projeto.

A matriz lógica elaborada durante a preparação do projeto encontra-se anexada como Anexo-B da presente DTA. Quando o Plano Operativo Global (POG) for elaborado, o Beneficiário poderá atualizar e/ou ajustar a matriz. A matriz lógica ajustada deverá fazer parte do POG.

I.4 Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é contribuir para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Brasileira.

I.5 Objetivo específico

O objetivo específico é contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de influência da BR-163 no estado do Pará, através da implementação do primeiro Distrito Florestal, desenvolvimento local sustentável e fortalecimento da sociedade civil. O desenvolvimento dessa região será particularmente direcionado para o desenvolvimento da sociedade e da comunidade local através do treinamento em gerenciamento e mediação de conflitos, bem como em métodos de produção sustentável e apoio à produção e mercado.

I.6 Resultados esperados

Para o Componente 1: Manejo das Florestas Públicas no Distrito Florestal:

- R1: Áreas para produção florestal no Primeiro Distrito Florestal são definidas e preparadas para o manejo florestal sustentável;
- R2: Sistemas de monitoramento local estão presentes e em funcionamento para uso por tomadores de decisão na área do controle ambiental;
- R3: Sociedade local está bem informada, preparada para envolver-se em atividades florestais e qualificada para manejo florestal.

Para o Componente 2: Apoio às iniciativas de produção sustentável:

- R4: Crescimento da eficiência econômica e na renda das famílias produtoras;
- R5: Produtores e técnicos treinados na geração e disseminação de tecnologias, práticas e conhecimento da sustentabilidade de sistemas de produção nas propriedades rurais;
- R6: Aumento de mercado para os produtos solidários e sustentáveis;
- R7: Adoção de uma visão territorial como estratégia para promover a gestão ambiental e a geração de renda nas áreas prioritárias.

Para o Componente 3: Fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais:

- R8: Capacidade de monitoramento e intermediação dos conflitos sociais através de movimentos consolidados;
- R9: Organizações regionais e líderes qualificados e preparados para participar, influenciar, acompanhar e monitorar a implementação do processo do plano para a BR-163 sustentável;
- R10: Consolidação do sistema de comunicação comunitária implementado pelo projeto “Apoio ao Consorcio para o Desenvolvimento Sócio-ambiental da BR-163”, financiado pelo PPG7;

I.7 Atividades

Para o componente 1: Manejo das Florestas Públicas no Distrito Florestal:

- R1.A1: Elaborar normas e implantar a Lei de Florestas Públicas e o Cadastro Nacional das Florestas;
- R1.A2: Iniciar a implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas;
- R1.A3: Estabelecer o Serviço Florestal Brasileiro e o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLO) na região;
- R1.A4: Demarcar áreas florestais para as comunidades e famílias assentadas;
- R1.A5: Formular e aprovar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF);
- R1.A6: Formular os Planos de Manejo para as Florestas Nacionais (FLONAs);
- R1.A7: Preparar áreas para as unidades de manejo e concessões e lançar concessões para manejo sustentável;

- R2.A1: Implementar os sistemas de monitoramento para as unidades de manejo e concessões;
- R2.A2: Implementar áreas permanentes, para obter dados do desenvolvimento da floresta nativa;

- R3.A1: Fornecer treinamento e capacitação técnica aos grupos alvos;
- R3.A2: Fornecer assistência técnica e extensão rural;
- R3.A3: Comunicação e publicação;
- R3.A4: Apoiar à formulação dos planos de Manejo Florestal Comunitário.

Para o componente 2: Apoio às iniciativas de Produção Sustentável:

- R4.A1: Apoiar projetos de diversificação da produção mediante a recuperação de áreas degradadas e recuperação da reserva legal através da implantação de Sistemas Agro-florestais e outras atividades produtivas compatíveis com a legislação ambiental.
- R4.A2: Apoiar projetos de agregação de valor à produção via processamento em agroindústrias familiares e certificação participativa da produção agro-ecológica.
- R4.A3: Apoiar projetos voltados para a recuperação e manejo da agro-biodiversidade local.
- R4.A4: Apoiar projetos de compensação aos agricultores pelos serviços ambientais decorrentes da conversão agro-ecológica dos sistemas de produção.

- R5.A1: Promover a troca de conhecimentos e saberes entre agricultores e técnicos por meio do intercâmbio de experiências e ações de capacitação.

- R5.A2: Implementar uma estratégia de comunicação eficiente e compartilhada para promover o intercâmbio de conhecimentos e divulgar informações geradas no âmbito dos projetos de desenvolvimento sustentável.
- R6.A1: Apoiar a instalação de uma rede de cooperação e comercialização da produção entre organizações apoiadas pelos projetos do Ministério do Meio Ambiente na região;
- R6.A2: Estabelecer um serviço de informação para os mercados ecológicos e produtos solidários;
- R6.A3: Formular e acompanhar planos de negócios e investimentos para o crescimento do acesso aos mercados e melhorar a infra-estrutura dos projetos apoiados;
- R7.A1: Capacitar agentes públicos e privados em planejamento e gestão ambiental e territorial;
- R7.A2: Instalar centros de informações para o planejamento e a gestão ambiental e territorial na área de abrangência do projeto;
- R7.A3: Apoiar a elaboração de planos de gestão ambiental e territorial na área de abrangência do projeto

Para o Componente 3: Fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais:

- R8.A1: Articular ações do Consórcio e entidades junto a órgãos públicos e organizações da sociedade civil, nas esferas regional, nacional e internacional.
- R8.A2: Participar de audiências e reuniões públicas;
- R8.A3: Formular projetos civis comuns, campanhas públicas e outras ações coletivas;
- R8.A4: Consolidar a base de dados e constituir um centro de referência de informação sócio-ambiental para projetos de desenvolvimento local na área da BR-163;
- R8.A5: Realizar atividades de gestão, monitoramento e avaliação dos projetos e do Consórcio;
- R8.A6: Consolidar o sistema de monitoramento e avaliação;
- R8.A7: Implementar os planejamentos estratégicos anuais;
- R8.A8: Consolidar a institucionalização formal do Consórcio, com equipes de coordenação geral e técnica, bem como equipes nos núcleos;
- R8.A9: Manter equipes técnicas e de coordenação, geral e nos pólos.
- R9.A1: Realizar oficinas de capacitação em três temas: 1. Direitos Humanos, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas; 2. Monitoramento e mediação de conflitos; 3. Comunicação Comunitária e Inclusiva.
- R9.A2: Produzir materiais pedagógicos para formação de lideranças nos temas prioritários, inclusive em formatos alternativos como programas de rádio, educação à distância e multimídia;
- R9.A3: Realizar capacitações para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do território;
- R9.A4: Realizar capacitações para a elaboração, negociação e a gestão de projetos de caráter inovador de uso sustentável dos recursos naturais;
- R9.A5: Realizar capacitações e intercâmbios para técnicos e produtores envolvidos nos processos de gestão territorial.

- R10.A1: Consolidar a implantação de centros de telecomunicação nas cidades centrais e em cada núcleo de ação do Consórcio (Lucas do Rio Verde, Itaituba, Santarém, Altamira, Cuiabá);
- R10.A2: Fortalecer o sistema já instalado de rádios comunitárias para disseminação de informações;
- R10.A3: Consolidar e ampliar os sítios na internet das organizações civis e suas redes;
- R10.A4: Produzir matérias para disseminação de informações (multimídia);
- R10.A5: Ampliar telecentros para outras cidades da área de abrangência da BR 163 (Moraes de Almeida, Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, p. ex.)

O Beneficiário deverá assegurar coordenação recíproca e complementar as atividades do projeto, com aquelas conduzidas por instituições nacionais, entidades privadas e doadores nas áreas de implementação do projeto ou nos setores de intervenção, em particular, projetos financiados pela Comunidade Européia e por Estados Membros da União Européia.

II DURAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO PROJETO

II.1 Duração

Como assinalado no artigo 4 das Condições Especiais do Ajuste Complementar e no artigo 2 (3) das Condições Especiais do "Contribution Agreement", o período de execução do projeto termina o mais tardar em 31/12/2013. O período de execução do projeto compreenderá 2 fases:

1. **A fase de Implementação Operacional**, durante o qual todas as atividades do projeto deverão ser desenvolvidas, e que termina o mais tardar em 31/12/2012.
2. **A Fase de encerramento** que termina ao final do período de execução deste Ajuste Complementar. Durante esta fase o Beneficiário e a FAO deverão desenvolver todas as atividades necessárias para o encerramento definitivo do projeto como previsto na seção III.2.7 dessa DTA.

II.2 Localização

II.2.1 Área(s) geográfica(s) de intervenção do projeto

O Distrito Florestal possui um potencial enorme para a produção florestal. Aproximadamente 4,5 milhões de m³ de madeira por ano poderão ser extraídos de modo sustentável. Atualmente a demanda por madeira através das 202 empresas na região é de aproximadamente 1,5 milhões de m³ por ano. A região também oferece um enorme potencial para a produção de óleos vegetais, resinas, frutas, cortiça e essências. Visando tirar vantagem desse potencial, duas medidas foram implantadas: A regulamentação da Lei de Gestão das Florestas Públicas, que permite a exploração sustentável das florestas nas áreas públicas e a criação do primeiro Distrito Florestal.

O Distrito Florestal sustentável é parte do Estado do Pará (veja mapa 1), mais precisamente no sudoeste do estado e está delimitado entre o vale Jamaxim e o sul de Santarém ao norte e o município de Jacareacanga ao oeste. A área inclui os já existentes ou planejados núcleos florestais nas comunidades de Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, Moraes de Almeida, Trairão, Itaituba e Jacareacanga e tem uma área total de aproximadamente 190.000 km² (veja mapa 2).

Mapa 1: O Estado do Pará e a localização aproximada do Distrito Florestal**Mapa 2: O Distrito Florestal Sustentável****II.2.2 Localização da sede do projeto**

O projeto estará localizado em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente, no que se refere à coordenação nacional, ou em escritório regional em Santarém.

Centros de projetos, particularmente para a implementação do terceiro componente para o fortalecimento da sociedade civil e movimentos sociais, estarão situados em Santarém, Itaituba, Altamira, Lucas do Rio Verde e Cuiabá. O Coordenador Nacional do Projeto, será alocado em Brasília e fará frequentes viagens à Santarém. As outras atividades de campo relacionadas ao terceiro componente, fortalecimento da sociedade civil e movimentos sociais, serão realizadas pela CONDESSA, um consórcio de organizações locais. Organizações locais trabalharão principalmente em Santarém, Cuiabá (a capital do Mato Grosso) e em pequenos centros industriais de Itaituba (391 km de Santarém), Altamira (749 km de Santarém), Lucas do Rio

Verde (356 km de Cuiabá) e Cuiabá, assim como em assentamentos ao longo da rodovia nos Distritos Florestais como Castelo dos Sonho, Novo Progresso, Moraes de Almeida e Trairão. A distância entre Cuiabá e Santarém é de 1.765 km.

III ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROJETO

III.1 Estrutura institucional do Projeto (Responsabilidades das Partes)

III.1.1 Beneficiário

O Beneficiário deverá assumir perante a Comissão as obrigações e responsabilidades resultantes do Projeto como indicado na Seção I.6. O Beneficiário deverá ser responsável pela execução técnica do projeto em todos os seus aspectos técnicos relevantes, *dentre outros*, termos de efetividade, eficiência, transparência, sustentabilidade, visibilidade, participação e uso adequado de recursos. Finalmente, exercerá a Secretaria do Comitê Diretor

III.1.2 ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores

ABC exercerá o monitoramento geral da execução do projeto por meio de análises dos relatórios anuais, visitas e reuniões com seus responsáveis para fins de verificação do cumprimento de seus objetivos, metas e resultados. Ademais, orientar o Beneficiário quanto aos procedimentos técnicos e administrativos da cooperação técnica internacional. Finalmente, exercerá a presidência do Comitê Diretor.

III.1.3 FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Os termos e condições do apoio técnico da FAO para a execução técnica do projeto provêm do Contribution Agreement assinado entre a FAO e a Comissão Europeia. Com base nesse Contribution Agreement a FAO proverá os serviços abaixo indicados.

Serviços técnicos:

- apoio técnico ao Beneficiário por meio de missões de apoio e supervisão técnica (technical and supervisory backstopping missions), revisão do plano de trabalho, relatórios de progresso e outros relatórios técnicos, estabelecimento de um sistema de avaliação e monitoramento, assim como apoiar o Beneficiário na definição dos Termos de Referência (TORs) para contratos de profissionais, para aquisições de bens e serviços e Cartas de Acordo, etc.;
- avaliação e monitoramento técnico da execução do projeto e resultados
- participar no Comitê Diretor do projeto
- relacionar os resultados do projeto e lições aprendidas às redes de conhecimento globais
- integrar os resultados do projeto com o Programa de Trabalho e Orçamento (PWB) e outras ações da FAO, incluindo aquelas financiadas com outros recursos extra-orçamentários
- prover visibilidade relativas às ações do projeto

Serviços administrativos e operacionais:

- recrutamento de profissionais identificados e selecionados conjuntamente com o Beneficiário
- aquisição de equipamentos
- negociação e assinatura de Cartas de Acordo
- viagens (diárias e passagens)

- gerenciamento do orçamento (certificação de gastos)

Serviços contábil-financeiros:

- registro e relatórios de despesas
- relatório financeiro ao Doador
- contabilidade e auditoria

III.1.4 Comissão Européia

A Comissão Européia:

- autorizará os desembolsos dos fundos da CE do projeto;
- será responsável pela aprovação final dos POG e POAs, após receber as comunicações pertinentes do Comitê Diretor do Projeto;
- fará monitoramento do presente acordo com o Governo brasileiro, bem como da Convenção de Financiamento correspondente com a FAO;
- será responsável pela contratação do monitoramento do projeto, bem como
- da contratação das auditorias e pelo seguimento a ser dado aos resultados destas missões.

III.1.5 Comitê Consultivo do projeto

O gerenciamento estrutural do projeto será conforme:

1. **Comitê Diretor**, composto pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE, Presidente), Ministério do Meio Ambiente (MMA, Secretaria), a Comissão Européia (Membro) e a FAO (Membro). Este Comitê, que inclui também o Coordenador Nacional do Projeto, será responsável pela supervisão geral, monitoramento, avaliação e acompanhamento do projeto e relações com as políticas do Governo, em particular com o Plano BR-163 Sustentável e a cooperação técnica com a Comissão Européia. Haverá reuniões anuais, para discussão e aprovação de planos operativos, análise e aprovação dos relatórios de progresso anuais, bem como debates relacionados com a execução do projeto. Este Comitê poderá ser também convocado extraordinariamente por solicitação por qualquer uma das Partes. As resoluções deste Comitê têm caráter consultivo. Para a primeira reunião do Comitê Diretor, o MMA apresentará uma proposta de constituição e regras de procedimento do mesmo (termos de referência do Comitê).
2. **Coordenação Executiva**, composta de representantes da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), o Departamento de Articulação de Ações na Amazônia (DAAM), e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), do MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O Coordenador Nacional do projeto atuará como Secretario desta Coordenação.
3. Para cada componente do projeto haverá um **núcleo executivo**, respectivamente no Serviço Florestal Brasileiro, na SEDR e no CONDESSA com participação do Programa Nacional de Florestas, do Instituto Chico Mendes, da SBF, do DAAM e do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

II.2 Procedimentos

III.2.1 Planos operacionais

As atividades do projeto, metodologia, cronograma, meios e orçamento deverão ser elaborados em um **Plano Operativo Global (POG)** o qual abrange a duração da fase de implementação operacional.

Os **Planos Operativos Anuais (POAs)** deverão detalhar a implementação de atividades, o orçamento anual, os cronogramas de execução, a utilização de recursos e os desembolsos.

O POG e POAs deverão ser elaborados pelo Beneficiário, com o apoio técnico da FAO, de acordo com os formulários aplicáveis, e serão apresentados ao Comitê Diretor. No momento em que o POG ou um POA apresentar modificações ao que é previsto no presente DTA, estarão sujeitas às condições e limites dispostos no Artigo 17 das Condições Gerais do Anexo I do Ajuste Complementar.

O POG e o primeiro POA, deverão ser apresentados ao Comitê Diretor dentro de um período de 6 meses da data de início da fase de implementação operacional fixada na seção II.1.

Sucessivamente, cada POA deverá ser submetido pelo Beneficiário para aprovação do Comitê Diretor, no mais tardar, até 3 meses antes do vencimento do POA precedente.

Após aprovação pelo Comitê Diretor, a aprovação final dos POG e POAs será responsabilidade da Comissão Européia que decidirá o valor dos desembolsos a serem realizados”.

O POA para o último ano da fase de implementação operacional deverá focar em particular a conclusão das atividades do projeto.

III.2.2 Liberação das contribuições da CE e do Beneficiário

III.2.2.1 Contribuições da Comunidade Européia

A contribuição da Comunidade Européia deverá ser desembolsada em acordo com o “Contribution Agreement” assinado entre a FAO e a Comissão Européia, bem como respeitando o estipulado no Artigo 5 das Condições Gerais, Anexo I do Ajuste Complementar.

III.2.2.2 Contribuição nacional

O Beneficiário deverá assegurar que as verbas e recursos correspondentes à sua contribuição para a implementação do projeto estejam disponíveis durante o período de execução das atividades para as quais foram designadas.

O Beneficiário deverá refletir no POG a sua contribuição não financeira “in kind”.

Quando o Beneficiário submeter um POA para a aprovação do Comitê Diretor, deverá confirmar a disponibilidade anual dos recursos da contrapartida nacional “in kind” requerida para a implementação daquele POA.

No caso de impostos e taxas serem devidos, o Beneficiário deverá assumir o respectivo pagamento. O valor correspondente deverá ser especificamente acrescentado à sua contribuição, no orçamento do Acordo.

III.2.3 Celebração de contratos

Para o "Contribution Agreement" será aplicado os procedimentos da FAO. Para os contratos para monitoramento, avaliação e auditoria (externa), o Artigo 5 das Condições Especiais e Título III das Condições Gerais do Ajuste Complementar deverão ser aplicados, assim como o documento das Regras e Procedimentos para a contratação de serviço, fornecimentos e contratos de trabalhos financiados de acordo com o orçamento geral das Comunidades Européias, dentro do contexto de cooperação com países terceiros, aprovado e publicado pela Comissão (ver Anexo A – Tabela resumo das modalidades de licitação do Ajuste Complementar).

Qualquer derrogação às regras e procedimentos estabelecidos e publicados pela Comissão referentes à concessão de contratos no contexto da cooperação com países terceiros, deverá receber aprovação prévia da Comissão.

Contratos não celebrados na moeda nacional deverão ser celebrados em Euros.

Em todo o caso, todos os contratos deverão ser assinados antes da data estipulada no Artigo 5 das Condições Especiais do Ajuste Complementar, e implementados antes do fim do prazo da fase de implementação operacional.

Contratos assinados exclusivamente com fundos de contribuição nacional deverão ser regidos pela legislação e regras nacionais pertinentes.

III.2.4 Gestão financeira e contabilidade

A contribuição da Comissão Européia será executada segundo o modelo de gestão centralizada.

III.2.5 Relatórios

Depois da discussão e aprovação pelo Comitê Diretor, a FAO submeterá os seguintes relatórios à Comissão Européia:

1. Relatórios técnicos e financeiros anuais: apresentarão a situação do projeto e analisarão os problemas encontrados com sugestões de como melhorar o desempenho e/ou modificar a implementação do projeto assim como apresentarão uma visão do progresso do período de doze meses passados e um plano de trabalho atualizado para os próximos doze meses, bem como um orçamento atualizado para esse período.

2. Relatório final: o relatório técnico e financeiro final será submetido à sede da FAO três meses antes do término do encerramento do projeto, para revisão, finalização e apresentação ao Governo brasileiro e à Comunidade Européia. O relatório acompanhará e avaliará, de forma concisa, qual a extensão do alcance dos objetivos imediatos do projeto, seus resultados produzidos e seus resultados utilizados para a realização dos objetivos de desenvolvimento relevantes. Apresentará recomendações levantadas pelo projeto para qualquer trabalho futuro. No máximo, três meses depois da fase de implementação operacional do projeto, se deverá submeter para aprovação da Comissão um relatório técnico-financeiro final recapitulando todo o projeto. Este relatório deverá ser acompanhado de:

- inventário de bens adquiridos com a contribuição da Comunidade, indicando o destino desses bens;
- relatório de auditoria final.

Ademais, o Projeto elaborará relatórios técnicos e de trabalho de campo: os relatórios de trabalho de campo darão uma idéia de como as entidades e as instituições locais percebem as atividades do projeto, e de modo geral, percebem o aspecto da efetiva implementação do projeto. Os relatórios técnicos apresentarão como as atividades do projeto estão sendo realizadas e avaliam seus impactos, com recomendações para melhoria e/ou modificações conforme apropriado. Eles serão elaborados, conforme indicado nos termos de referência para a equipe do projeto.

Finalmente, a Comissão se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário e a FAO a apresentação de relatórios específicos.

Todos os relatórios deverão ser em português com resumo em inglês. Para papéis científicos só poderá ser usado o inglês

A Comissão reserva-se o direito de requerer ao Beneficiário a apresentação de relatórios específicos.

III.2.6 Monitoramento, avaliação e auditoria

III.2.6.1 Monitoramento e Avaliação

A FAO, em acordo com o Beneficiário, deverá estabelecer um sistema permanente de monitoramento e avaliação interna do projeto, o qual será utilizado para elaborar os relatórios mencionados no item III.2.5

Independentemente destas providências, a Comissão pode enviar missões externas de monitoramento e avaliação. Em particular, estão previstas as seguintes:

- Missões regulares de monitoramento externo, as quais, em princípio, começarão a partir do sexto mês das atividades do projeto, e terminarão no máximo 6 meses antes do fim da fase de implementação operacional;
- Missão de Avaliação de meio-termo;
- Avaliação final, no início da fase de encerramento;
- Possivelmente, uma avaliação “ex-post”.

O Comitê Diretor deverá analisar as conclusões e recomendações da avaliação de meio termo e conjuntamente decidir sobre as ações a serem tomados e qualquer ajuste necessário, incluindo, se indicada, a reorientação do projeto.

Os relatórios de outras avaliações e missões de monitoramento serão entregues às Partes, para que as possíveis recomendações resultantes dessas missões sejam consideradas.

O Beneficiário compromete-se a colaborar de forma eficiente e efetivamente com os peritos que executem o monitoramento e/ou avaliação e designadamente fornecer aos consultores toda e qualquer informação e documentação necessária, e permitir o acesso aos escritórios e ao local das atividades do projeto.

A Comissão deverá informar às Partes, com antecedência apropriada, as datas previstas para as missões externas.

III.2.6.2 Auditoria

Independentemente de auditorias internas e externas determinadas pela legislação nacional, a FAO terá as despesas incorridas na contribuição da Comunidade auditadas regularmente (pelo menos uma vez ao ano). Com esta finalidade, a FAO, assinará contrato com uma empresa externa de auditoria, a ser financiada de acordo com o item 5.2 da planilha orçamentária na seção IV.2. Os resultados dessa auditoria serão apresentados à Comissão Europeia, junto com um relatório final do projeto e com os resultados das auditorias das ações implementadas pelo Beneficiário. As contas do Projeto estarão sujeitas a uma verificação externa contratada pela Comissão Europeia de acordo com o Anexo I do Financial and Administrative Framework Agreement (FAFA) assinado entre as Nações Unidas e a Comunidade Europeia.

III.2.7 Finalização do projeto

A partir da data de encerramento da fase de implementação operacional e dentro da duração da fase de encerramento do projeto, a FAO, em colaboração com o Beneficiário tomará as medidas necessárias para:

- a liquidação de pagamentos pendentes referentes às atividades realizadas;
- a preparação do relatório final;
- o estabelecimento do inventário;
- o encerramento das contas do projeto;
- a auditoria final;
- a conclusão de quaisquer outras ações para o encerramento definitivo do projeto, conforme as disposições do “Contribution Agreement”.

Os bens adquiridos ou gerados durante o “Contribution Agreement” passarão a ser propriedade das organizações locais de contrapartida no momento de suas aquisições ou da realização pela FAO, sem prejuízo da possibilidade de transferência de tais bens para outras entidades ou instituições nacionais, que deverá, por sua vez, assegurar sua utilização para as finalidades estipuladas no presente projeto, em favor da população beneficiária e garantir ao mesmo tempo sua manutenção, conservação, valor e disponibilidade de uso. Isso não isenta a FAO e o Beneficiário da sua responsabilidade de assegurar que esses bens e produtos acima mencionados, sejam mantidos em condição de uso e continuem a serem usados de acordo com os objetivos do projeto.

No final do projeto o Beneficiário deverá ter à sua disposição os outros bens adquiridos com a contribuição da Comunidade Europeia e todos os pertences operacionais do projeto (instalações, materiais, equipamentos, documentação, etc.).

O Beneficiário e a FAO não poderão assumir novos compromissos financeiros, tampouco assinar contratos com terceiros, sem a suficiente antecedência relativa ao fim das atividades do projeto.

Em qualquer circunstância, os recursos disponibilizados pela Comissão Europeia para as atividades do projeto, que não tiverem sido executados, deverão ser reembolsados à Comissão.

Com base no relatório final e auditoria final, sem reservas e aceitas pela Comissão, a Comissão deverá enviar ao Beneficiário uma carta figurando como documento oficial de encerramento do projeto.

Caso se faça necessário, os direitos e obrigações da CE se farão valer no que se refere aos atos financeiros e recuperações/pagamentos realizados. Isso extinguirá a responsabilidade da CE no que se refere às obrigações oriundas desse projeto.

IV FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO

IV.1 Orçamento

O projeto, num total de 8.680.000,00 Euros, deverá dispor os seguintes recursos financeiros:

- 5.880.000 milhões de Euros em forma contribuição não-reembolsável provenientes da Comunidade Européia, a serem gerenciados pela FAO.
- 2.8 milhões de Euros provenientes do Governo brasileiro, "in kind".

IV.2 Quadro do orçamento global

TÍTULO	EC		Brazil		Total	
	Valor (€)	%	Valor (€)	%	Valor (€)	%
1 SERVIÇOS	2.557.890,00	44	400.000,00	14	2.957.890,00	35
1.1 Assistência técnica internacional	128.340,00		0,00		128.340,00	
1.2 Assistência técnica local	1.989.950,00		0,00		1.989.950,00	
1.3 Monitoramento, avaliação e auditoria (externa)	0,00		20.000,00		20.000,00	
1.4 Pesquisas	100.000,00		120.000,00		220.000,00	
1.5 Treinamento	274.800,00		140.000,00		414.800,00	
1.6 Troca de experiência	64.800,00		120.000,00		184.800,00	
2 FORNECIMENTOS	1.264.470,00	22	60.000,00	2	1.324.470,00	15
2.1 Equipamentos	1.144.470,00		60.000,00		1.204.470,00	
2.2 Outros	120.000,00		0,00		120.000,00	
3 OBRAS	0,00	0	0,00	0	0,00	0
4 INFORMAÇÃO e VISIBILIDADE	199.900,00	3	100.000,00	4	299.900,00	3
5 CUSTOS OPERACIONAIS	870.640,00	15	740.000,00	26	1.610.680,00	18
5.1 Pessoal nacional	0,00		540.000,00		540.000,00	
5.2 Outros custos operacionais	870.640,00		200.000,00		1.070.640,00	
6 FUNDOS DE CRÉDITO	0,00	0	0,00	0	0,00	0
7 OUTROS (apoio para produção sustentável)	707.100,00	12	1.500.000,00	54	2.207.100,00	25
8 IMPREVISTOS	0,00	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL	5.600.000,00	95	2.800.000,00	100	8.400.000,00	97
9 Overhead Administration	280.000,00	5	0,00	0	280.000,00	3
10 TOTAL	5.880.000,00	100	2.800.000,00	100	8.680.000,00	100

V. MEIOS PREVISTOS E MODO DE REALIZAÇÃO.

V.1 Meios

V.1.1 Serviços

V.1.1.1 Assistência técnica internacional

No seu apoio técnico ao projeto, a FAO proverá:

- apoio técnico ao Beneficiário por meio de missões de apoio e supervisão técnica (technical and supervisory backstopping missions), revisão do plano de trabalho, relatórios de progresso e outros relatórios técnicos, estabelecimento de um sistema de avaliação e

monitoramento, assim como apoiará o Beneficiário na definição dos Termos de Referência (TORs) para contratos de profissionais, para aquisições de bens e serviços e Cartas de Acordo, etc.:

- avaliação e monitoramento técnico da execução do projeto e resultados
- participar no comitê diretivo do projeto
- relacionar os resultados do projeto e lições aprendidas às redes de conhecimento globais
- integrar os resultados do projeto com o Programa de Trabalho e Orçamento (PWB) e outras ações da FAO, incluindo aquelas financiadas com outros recursos extra-orçamentários
- prover visibilidade relativas as ações do projeto.

V.1.1.2 Assistência técnica nacional

A assistência técnica nacional consistirá nos serviços de um Coordenador Nacional do Projeto, um Oficial de Programa Nacional, peritos e consultores nacionais e outros profissionais necessários à administração do projeto, bem como contratos de serviços técnicos a serem financiados da contribuição da Comissão Europeia.

V.1.1.3 Auditoria, avaliação e controle (externos)

Monitoramento: estas missões, a serem financiados pela Comissão, serão implementadas e pagas mediante o Contrato Quadro da Delegação da Comissão Europeia no Brasil e não constitui um aumento na contribuição da Comunidade para o projeto.

Avaliação: as missões de avaliação serão realizadas por peritos independentes.

Auditoria: para auditorias externas a Comissão poderá enviar seus próprios oficiais, ou peritos externos.

V.1.1.4 Estudos

Para o componente 1 (Manejo das Florestas Públicas no Distrito Florestal), pesquisas serão realizadas para a implementação de novas tecnologias que facilitem o manejo florestal. Outros estudos envolverão a estruturação do cadastro de propriedade rural e a implantação do sistema de monitoramento, bem como a coleta de dados para a preparação das florestas públicas a serem lançadas em concessão, ou para a formulação de planos de manejo (inventário florestal, estudos sobre os ecossistemas, dados sócio-econômicos, etc.)

Para o componente 2 (Apoio a iniciativas de produção sustentável) os principais estudos serão referentes a estudos de mercado com os objetivos de orientar a estruturação das cadeias de produção e de constituição de redes de comercialização regional de produtos sustentáveis.

Para o componente 3 (Fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais) estudos referentes ao desenvolvimento social, resolução de conflitos, capacitação e de comunicação serão especificados no POA.

V.1.1.5 Treinamento

Principais eventos de treinamento dizem respeito a seminários para organizações da sociedade civil nas áreas de formulação de projetos para produção sustentável, gerência de projeto, cooperativas e associações; práticas corretas em administração ambiental de produção rural, direitos humanos,

desenvolvimento local e políticas públicas; monitoramento de conflito e mediação; comunidade e comunicação inclusiva; planejamento participativo e manejo e formulação de território comum, negociação e administração de projetos de caráter inovador para o uso sustentável de recursos naturais.

V.1.1.6 Intercâmbio de experiências

O Projeto promoverá a coordenação e troca de experiências com outros projetos similares do mesmo setor ou dentro da mesma região ou do país, e em particular com aqueles que recebem financiamento da Comunidade Européia.

Todos os componentes do projeto promoverão eventos para intercâmbio de experiências e informação entre técnicos e produtores envolvidos em processos de intensificação da produção sustentável/boas práticas agrícolas e manejo territorial e florestal na região. O intercâmbio ocorrerá durante a organização de seminários com o objetivo de encontrar novas soluções para resolução de conflitos envolvendo direitos de propriedade de terras, uso e acesso aos recursos naturais, etc. Os intercâmbios ocorrerão entre grupos envolvidos no distrito florestal e com os projetos e grupos alvos de outros projetos similares na região.

V.1.2 Fornecimentos e equipamentos

O Beneficiário com o apoio da FAO, proporá nos POA's o cronograma para compra e disponibilidade dos equipamentos como previsto na linha 2.1 do orçamento deste documento.

Serão comprados equipamentos para todos os componentes, em especial para o Serviço Florestal Brasileiro e para a implementação de centros de treinamentos do CENAFLO, onde freqüentes cursos de treinamento abordarão técnicas de corte de madeira com impacto reduzido e manejo florestal num modelo de floresta a ser reservada para este propósito.

V.1.3 Obras e infra-estruturas

Instalações para o projeto serão providenciadas pelo Ministério do Meio Ambiente em Brasília, Santarém e no campo como parte de sua contribuição (in kind). O Consórcio para o Desenvolvimento Sócio-ambiental da BR-163 (Condessa) tem diferentes recursos a sua disposição em diferentes locais na área do projeto.

V.1.4 Informação e visibilidade

Será dada, pelo Beneficiário e pela FAO, a visibilidade necessária ao financiamento e parceria com a Comunidade Européia. Para a disseminação de relatórios e artigos científicos também deve ser previsto o reconhecimento e patrocínio da Comunidade Européia. Atividades de relações públicas e publicidade deverão ser conduzidas para destacar o projeto (brochuras, artigos e relatórios, visitas, conferências, seminários e material promocional, etc.).

O Beneficiário e a FAO deverão convidar a Delegação da Comissão das Comunidades Europeias para quaisquer eventos de visibilidade que venham ser organizados.

V.1.5 DESPESAS OPERACIONAIS (Pessoal nacional e outras despesas de funcionamento)

Como parte de sua contribuição para a execução deste projeto, o Beneficiário identificará e colocará a disposição o Diretor Nacional do Projeto, pessoal especializado e outros insumos (instalações, infra-estruturas, equipamentos, transporte, comunicação, logística, seguros, manutenção e outras despesas) provenientes das diversas instituições nacionais envolvidas no valor total equivalente a 2, 8 milhões de Euros.

A contribuição nacional tomará a forma de um aporte de pessoal e material a ser custeado do orçamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a BR-163.

Outras contribuições nacionais envolvem a contribuição técnica do Projeto de Gestão Ambiental Rural (GESTAR) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) Esta Secretaria também contribuirá com as lições aprendidas pela Coordenação do Agro-extrativismo, pelo PROAMBIENTE, pelo Subprograma de Projetos Demonstrativos (PPG7) e pelo Projeto PD 142 com a ITTO.

Os peritos serão identificados no contexto do POG e dos POA's a serem elaborados pelo Beneficiário, e seus perfis técnicos serão relevantes para o alcance dos objetivos do projeto.

V.1.6 Fundos de financiamento, crédito e garantia

Não aplicável.

V.1.7 Outros

Para o apoio às atividades de produção sustentável (componente 2) do projeto prevê-se o fomento de atividades de produção sustentável, preferencialmente nas comunidades de base. Isto inclui as atividades de apoio para o incentivo às atividades de produção sustentável nas áreas selecionadas. As atividades serão definidas em conjunto com o público alvo e incluirá consultorias, pesquisas, atividades de mercado, treinamento e outras formas de apoio, a serem decididas juntamente com os produtores envolvidos.

V.1.8 Imprevistos

Não aplicável.

V.2 Procedimentos de execução

O "Contribution Agreement" com a FAO o qual inclui os meios acima indicados (Contribuição da CE) deverá ser concluído antes da data indicada no artigo 5 das Condições Especiais do Ajuste Complementar. Esta limitação também se aplica aos contratos e monitoramento, auditoria e avaliação.

V.2.1 Recursos da Comissão Européia

A FAO administrará os recursos provenientes da contribuição da Comunidade Européia por meio do "Contribution Agreement". Com isto a FAO será responsável por todas as transações administrativas e financeiras relacionadas ao projeto.

V.2.2 Recursos do Beneficiário

Esta disposição se aplica a todos os recursos não administrados pela FAO.

Os POA's deverão apresentar as previsões para estes serviços. Quando os POA's forem aprovados, o Beneficiário poderá proceder às suas implementações. Os relatórios do projeto deverão delinear o progresso físico e financeiro destas atividades.

Os contratos serão assinados conforme as modalidades fornecidas na seção III.2.3.

VI Outras provisões

VI.1 Outros compromissos do Beneficiário

O Beneficiário se compromete a tomar todas as providências necessárias, dentro das suas competências, para a implementação adequada do projeto.

VI.2 Outras provisões

VI.2.1 Proteção do meio ambiente

As ações do projeto excluirão quaisquer atividades que possam implicar prejuízos irreversíveis para o meio ambiente, assim como qualquer empresa que não respeite a atual legislação nacional sobre proteção ambiental.

VI.2.2 Aspectos de gênero e respeito aos direitos humanos

Nos diferentes estágios de execução do projeto assim como na composição da equipe de pessoal local do projeto, o Beneficiário se compromete a tratar homens e mulheres de maneira igualitária sem qualquer tipo de discriminação e promover o respeito aos direitos humanos.

A N E X O S:

Anexo A: Tabela resumo das modalidades de licitação

Nota: O projeto seguirá os procedimentos detalhados neste anexo

Anexo B: Matriz do Quadro Lógico

Anexo A: Tabela resumo das modalidades de licitação

Anexo A: Tabela Resumo das Modalidades de Licitação

SERVIÇOS	FORNECIMENTOS	OBRAS
$x \geq \text{€ } 200.000$ Concurso internacional limitado	$x \geq \text{€ } 150.000$ Concurso público internacional.	$x \geq \text{€ } 5.000.000$ 1 Concurso público internacional. 2 Concurso limitado internacional (casos excepcionais)
$\text{€ } 10.000 < x < \text{€ } 200.000$ Procedimento por negociação concorrencial.	$\text{€ } 60.000 \leq x < \text{€ } 150.000$ Concurso público local $\text{€ } 10.000 < x < \text{€ } 60.000$ Procedimento por negociação concorrencial	$\text{€ } 300.000 \leq x < \text{€ } 5.000.000$ Concurso público local $\text{€ } 10.000 < x < \text{€ } 300.000$ Procedimento por negociação concorrencial
$x \leq \text{€ } 10.000$ Uma única proposta	$x \leq \text{€ } 10.000$ Uma única proposta	$x \leq \text{€ } 10.000$ Uma única proposta

Anexo B: Matriz do Quadro Lógico

Anexo B: Matriz do Quadro Lógico

Lógica de Intervenção	Indicadores	Fontes e Meios de Verificação	Hipóteses e Riscos
Objetivo geral: Contribuir para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do corte ilegal de madeira e queimadas; - Diminuição de ocupação ilegal e especulação de terras; - Diminuição de conflitos sobre terra e recursos naturais em geral; - Promoção de sistemas produtivos sustentáveis que podem gerar renda para as populações locais sem destruir o meio-ambiente; - Aumento de participação dos grupos de stakeholders nas consultas e negociações com o governo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados sobre corte ilegal de madeira e queimadas mediante satélite (DETER) e estatísticas, como SISCOM, etc. - Disponibilidade de produtos sustentáveis no mercado; - Reuniões organizadas e os respectivos relatórios. 	O Governo manterá e aumentará os seus esforços de controlar o corte de madeira e comércio de produtos florestais ilegais e estimulará a produção sustentável. O risco é baixo, por causa da pressão interna e internacional para controlar o desmatamento. Também o Governo publicou um Plano de Desenvolvimento consistente para a área do BR-163, que prevê aumento na regulamentação e controle.
Objetivo específico: Contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de influência da BR-163 no estado do Pará, através da implementação do primeiro Distrito Florestal, desenvolvimento local sustentável e fortalecimento da sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição do corte ilegal de madeira e queimadas na área de intervenção do projeto; - Melhor gestão e planejamento de terras; - Diminuição de conflitos sobre terra e recursos naturais em geral na área do projeto; - Aumento na produção sustentável de produtos florestais e áreas protegidas; - Aumento de participação dos grupos de stakeholders. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados sobre corte ilegal de madeira e queimadas mediante satélite (DETER) e estatísticas, como SISCOM, etc. para a área de intervenção; - Zoneamento ecológico econômico da região; - Implementação do cadastro de terras; - Produção e comercialização de produtos florestais sustentáveis; - Reuniões e participação de stakeholders. 	idem
Resultado 1: Áreas para produção florestal no Primeiro Distrito Florestal são definidas e preparadas para o manejo florestal sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de informação com cadastro das áreas de floresta pública desenvolvido e implantado; - Área de floresta pública cadastrada (ha); - Área efetivamente outorgada às comunidades (ha); - Nº de contratos de concessão assinados (ou % da área para com concessão efetivada). 	<ul style="list-style-type: none"> - Consultas dos sistemas de monitoramento sendo feitas; - Atos administrativos que comprovam as outorgas efetivadas. 	

Lógica de Intervenção	Indicadores	Fontes e Meios de Verificação	Hipóteses e Riscos
Resultado 2: Sistemas de monitoramento local estão presentes e em funcionamento para uso pelos tomadores de decisão na área do controle ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de banco de dados (SIG) integrados com SISCOM e alimentados com dados coletados em campo; - Cobertura florestal; - Situação sócio-econômica (incl. qualification of labour) da população (nº de empregos); - Conformidade com contratos de concessões; - Tomada de decisões baseados nos resultados do monitoramento (multas, revogação de contratos, inspeção detalhada, aprovação de ações anuais). 	<ul style="list-style-type: none"> - Verificação dos sistemas de informação implantados; - Mapas e relatórios analíticos com indicadores produzidos pelo sistema de monitoramento implantado; - Documentos comprobatórios de decisões tomadas com base nos sistemas de monitoramento implementados; 	
Resultado 3: Sociedade local bem informada, preparada para envolver-se em atividades florestais e qualificada para manejo florestal.	<ul style="list-style-type: none"> - Mecanismos de comunicação estabelecidos; - Numero de Planos de Manejo Comunitário formulados e aprovados pelo IBAMA; - Número de trabalhadores qualificados contratados localmente; - Número de produtores que receberam assistência técnica; - Frequência de uso de centros de inclusão digital pela população local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores sócio-econômicos produzidos pelos Sistemas de Monitoramento; - Documento de aprovação dos Planos de Manejo Comunitário; - Boletins publicados; - Relatórios e resultados dos treinamentos. 	
Resultado 4: Crescimento da eficiência econômica e na renda das famílias produtoras.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização do índice de desmatamento e recuperação gradual das áreas de reserva legal; - Aumento no uso de fertilizantes orgânicos; - Uso de controle biológico de pragas; - Diversificação de sistemas de produção; - Diminuição do uso de fogo; - Aumento na renda dos produtores; - Assinatura de Termos de Ajuste de Comportamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação dos sistemas de controle de desmatamento (SISCOM e PRODES); - Seguimento pelo Sistema de Monitoramento do Projeto (SIGAP); - Surgimento de sistemas agrícolas diversificados; - Dados demográficos e sócio-econômicos; - Diminuição de ingresso industrializados na agricultura; - Diminuição nas queimadas. 	
Resultado 5: Produtores e técnicos treinados na geração e disseminação de tecnologias, práticas e conhecimento da sustentabilidade de sistemas de produção nas propriedades rurais.	<ul style="list-style-type: none"> - Produtores agrícolas e técnicos treinados; - Geração de novas tecnologias e sistemas de produção; - Participação de agricultores em equipes de assistência técnica e extensão rural (ATER) em projetos financiados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de cursos e treinamentos; - Listas de presença; - Propostas para assistência técnica e extensão rural formuladas; - Relatórios de atividade; - Diminuição de monoculturas; - Aumento na diversificação de sistemas produtivos. 	

Lógica de Intervenção	Indicadores	Fontes e Meios de Verificação	Hipóteses e Riscos
Resultado 6: Aumento de mercado para os produtos solidários e sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas de mercado completadas; - Números de contratos de comercialização assinados; - Participação relativa de produtos sustentáveis na geração de renda dos produtores (impacto no sentido da relação produto – renda). 	<ul style="list-style-type: none"> - Contratos executados; - Visitas técnicas; - Disponibilidade de produtos produzidos de forma sustentável nos mercados locais e regionais; - Relatórios de progresso. 	
Resultado 7: Adoção de uma visão territorial como estratégia para promover a gestão ambiental e a geração de renda nas áreas prioritárias.	<ul style="list-style-type: none"> - Formulação e implementação do plano de gestão ambiental nas áreas de prioridade; - Fora de gestão dos planos em funcionamento; - Coordenação e sinergias entre projetos públicos e privados e iniciativas nos territórios; - Propostas para geração de renda sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas técnicas; - Melhora na gestão ambiental e na renda dos agricultores; - Relatórios dos fora de gestão; - Relatórios de progresso. 	
Resultado 8: Capacidade de monitoramento e intermediação dos conflitos sociais através de movimentos consolidados.	<ul style="list-style-type: none"> - Esferas de diálogo e negociação de conflitos consolidados, inclusive reuniões, consultas públicas que contam com participação ativa da sociedade civil; - Melhor capacidade de identificar conflitos prováveis e de gestão dos mesmos; - Sistema de gestão, monitoramento e avaliação do consórcio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de progresso do Plano BR-163; - Relatórios de reuniões e sessões de mediação de conflitos; - Formulação de recomendações para melhorar o funcionamento do consórcio; - Aumento na participação de diferentes stakeholders em consultas públicas e reuniões. 	Boa coordenação entre políticas e ações federais, estaduais e municipais.
Resultado 9: Organizações regionais e líderes qualificados e preparados para participar, influenciar, acompanhar e monitorar a implementação do processo do plano para a BR-163 sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> - Ao redor de 500 líderes locais treinados; - Aumento na participação das organizações de produtores nas redes de planejamento, comercialização e gestão conjunta do território para produção sustentável e comercialização; - Aumento no controle social sobre ações ambientalmente responsáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação dos seminários de treinamento, durante e depois da sua realização; - Número de infrações dos regulamentos ambientais; - Participação nas reuniões de planejamento e relatórios das mesmas. 	
Resultado 10: Consolidação do sistema de comunicação comunitária implementado pelo projeto “Apoio ao Consórcio para o Desenvolvimento Sócio-ambiental da BR-163”, financiado pelo PPG7.	<ul style="list-style-type: none"> - Sites na web com informação sobre a região atualizados e funcionando; - Aumento no número de centros de tele-comunicação nos núcleos na área de influência do BR-163. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios das reuniões com as comunidades, visitas nos sites da web, recortes de jornais, número de cartas recebidas, registros do acesso ao site e boletins; - Número de programas audiovisuais e de rádio produzidos. 	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
Componente I: 1.1. Elaborar normas e implantar a Lei de Florestas Públicas e o Cadastro Nacional das Florestas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos e definição dos regulamentos e normas; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	- Atos normativos publicados e modelos utilizados nos processos de licitação.	Mudança de dirigentes e falta de prioridade política; Dificuldades na definição dos modelos pelo pioneirismo do tema no país e pela complexidade de situações a serem contempladas.
1.2. Iniciar a implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de convênio com INCRA para realização do cadastro de florestas públicas; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	- Florestas Públicas do Distrito Florestal cadastradas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas..	
1.3. Estabelecer o Serviço Florestal Brasileiro e o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (CENAFLO) na região.	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações; - Treinamento de pessoal; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos adquiridos; - Numero de pessoas treinadas; - Número de servidores do Serviço Florestal trabalhando na região. 	
1.4. Demarcar áreas florestais para as comunidades e famílias assentadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos para definição das áreas a serem destinadas às comunidades; - Mapas; - Atos administrativos; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	- Atos administrativos de destinação das áreas para as comunidades locais.	
1.5. Formular e aprovar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF).	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos; - Mapas; - Audiências Públicas; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	- Documentos do PAOF aprovados.	Dificuldades de interpretação da situação fundiária junto ao INCRA.
1.6. Formular os Planos de Manejo para as Florestas Nacionais (FLONAs).	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos para elaboração dos Planos de manejo; - Reuniões de consulta aos Conselhos; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	- Planos de gestão para as Florestas Nacionais aprovados.	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
1.7. Preparar áreas para as unidades de manejo e concessões e lançar concessões para manejo sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos para definição dos lotes de concessão e unidades de Manejo; - Estudos de inventário florestal das unidades de manejo; - Estudos ambientais; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos dos estudos necessários disponíveis. Custo total das atividades 1.1 – 1.7 - € 2,8 milhões	
2.1. Implementar os sistemas de monitoramento para as unidades de manejo e concessões.	<ul style="list-style-type: none"> - Consultores; - Visitas de campo; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de monitoramento implementados. 	
2.2 Implementar áreas permanentes, para obter dados do desenvolvimento da floresta nativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos; - Trabalhos de campo; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de parcelas permanentes implantadas com coleta de dados sendo realizada. Custo total das atividades 2.1 – 2.2: € 800.000.	
3.1. Fornecer treinamento e capacitação técnica aos grupos alvos.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos para definição dos cursos; - Treinamento de pessoal; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de cursos realizados; - Número de pessoas treinados; - Relatórios dos treinamentos. 	
3.2. Fornecer assistência técnica e extensão rural.	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas técnicas; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de produtores apoiados e registro de assistências técnicas realizadas. 	
3.3. Comunicação e publicação.	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações operativas; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Boletins produzidos; - Salas de inclusão digital em funcionamento; - Numero de eventos de comunicação organizados. 	
3.4. Apoiar à formulação dos planos de Manejo Florestal Comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos; - Consultores; - Pessoal do Serviço Florestal Brasileiro/MMA. 	<ul style="list-style-type: none"> - Planos de Manejo aprovados. Custo total das atividades 3.1 – 3.4: € 1,3 milhões.	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
Componente II: 4.1. Apoiar projetos de diversificação da produção mediante a recuperação de áreas degradadas e recuperação da reserva legal através da implantação de Sistemas Agro-florestais e outras atividades produtivas compatíveis com a legislação ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica, recursos financeiros, treinamentos; - Treinamento; - Produção mais diversificada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Numero de pessoas treinadas; - Relatórios dos treinamentos; - Áreas recuperadas; - Novos sistemas agro-florestais implantados; - Novas atividades de produção sustentável em áreas recuperadas; - Disponibilidade de mais e mais diferenciados produtos. 	Necessidades imediatas dos produtores rurais se sobreporem aos resultados de médio / longo prazos dos projetos
4.2. Apoiar projetos de agregação de valor à produção via processamento em agroindústrias familiares e certificação participativa da produção agro-ecológica.	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações e construções; - Capacitação e disponibilização de informações; - Certificação da produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de processamento e valor agregado na região; - Relatórios de treinamentos e numero de pessoas treinadas; - Aumento na certificação dos produtos. 	
4.3. Apoiar projetos voltados para a recuperação e manejo da agro-biodiversidade local.	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações; - Equipamentos; - Capacitação; - Materiais didáticos produzidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de apoio material para os produtores; - Área recuperada e numero de atividades produtivas em áreas recuperadas. 	
4.4. Apoiar projetos de compensação aos agricultores pelos serviços ambientais decorrentes da conversão agro-ecológica dos sistemas de produção.	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros disponíveis para o pagamento de serviços ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de serviços ambientais prestados; - Montante de compensação pago aos produtores para serviços ambientais. Custo total das atividades 4.1 – 4.4: € 1,62 milhões.	
5.1. Promover a troca de conhecimentos e saberes entre agricultores e técnicos por meio do intercâmbio de experiências e ações de capacitação.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização de dias de campo; - Participação em feiras; - Viagens de intercâmbio entre projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de eventos promovidos; - Número de pessoas que viajou para visitas de intercâmbio ou participou em eventos específicos. 	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
5.2. Implementar uma estratégia de comunicação eficiente e compartilhada para promover o intercâmbio de conhecimentos e divulgar informações geradas no âmbito dos projetos de desenvolvimento sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de consultorias; - Programação e edição de rádio nas emissoras locais; - Produção de materiais audiovisuais das experiências bem sucedidas; - Constituição de fora ou instâncias locais de governo territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de consultoria e recomendações; - Programas audio-visuais produzidos e transmitidos; - Número de fora organizado e participantes envolvidos. <p>Custo total das atividades 5.1 – 5.2: € 200.000.</p>	
6.1. Apoiar a instalação de uma rede de cooperação e comercialização da produção entre organizações apoiadas pelos projetos do Ministério do Meio Ambiente na região.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de consultoria técnica; - Estabelecimento de parcerias; - Fortalecimento institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de associações e cooperativas de produtores estabelecidas e apoiadas; - Relatórios de consultoria e recomendações; - Canais de comercialização melhorados. 	
6.2. Estabelecer um serviço de informação para os mercados ecológicos e produtos solidários.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de consultoria especializada; - Aquisição e instalação de equipamentos; - Treinamento de gestores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de consultoria e recomendações; - Número e tipo de equipamento instalado; - Número de gestores treinados; - Disponibilidade de informação de mercado. 	
6.3. Formular e acompanhar planos de negócios e investimentos para o crescimento do acesso aos mercados e melhorar a infra-estrutura dos projetos apoiados.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de consultoria; - Assessoria e capacitação técnica para os gestores dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios de consultoria e recomendações; - Número de gestores treinados; - Melhor acesso aos mercados; - Nova infra-estrutura para os projetos. <p>Custo total das atividades 6.1 – 6.3: € 200.000.</p>	
7.1. Capacitar agentes públicos e privados em planejamento e gestão ambiental e territorial.	<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria técnica e realização de atividades de capacitação; - Confecção de materiais de apoio e didático. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número e tipo de assistência técnica provido; - Número de eventos de capacitação e número de beneficiários; - Material educativo preparado. 	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
7.2. Instalar centros de informações para o planejamento e a gestão ambiental e territorial na área de abrangência do projeto.	- Aquisição de equipamentos e instalações; - Treinamento de recursos humanos.	- Equipamentos disponíveis para os centros de tele-comunicação; - Número de eventos de capacitação e número de beneficiários; - Número e tipo de atividades de planejamento organizados nos centros de tele-comunicação.	
7.3. Apoiar a elaboração de planos de gestão ambiental e territorial na área de abrangência do projeto.	- Provisão de assistência técnica; - Definição de áreas prioritárias e articulação de atores locais; - Definição e planejamento de ações prioritárias.	- Número e tipo de assistência técnica fornecida; - Número de ações prioritárias planejadas. Custo total das atividades 7.1 – 7.3: € 200.000.	
Componente III: 8.1. Articular ações do Consórcio e entidades junto a órgãos públicos e organizações da sociedade civil, nas esferas regional, nacional e internacional.	- Equipe básica do Condessa no lugar; - Pólos do consórcio instalados e em funcionamento; - Atividades de comunicação.	- Relatórios sobre a evolução das discussões e participação nos fora de negociação.	
8.2. Participar de audiências e reuniões públicas.	- Presença e capacidade organizacional; - Canais de comunicação.	- Relatórios das reuniões e da participação dos stakeholders.	
8.3. Formular projetos civis comuns, campanhas públicas e outras ações coletivas.	- Formulação e discussão de ações comuns nas regiões.	- Planos de desenvolvimento; - Iniciativas desenvolvidas; - Relatórios.	
8.4. Consolidar a base de dados e constituir um centro de referência de informação sócio-ambiental para projetos de desenvolvimento local na área da BR-163.	- Pessoal treinado disponível.	- Banco de dados atualizados na web.	
8.5. Realizar atividades de gestão, monitoramento e avaliação dos projetos e do Consórcio.	- Equipes básicas nos pólos do Condessa e na coordenação geral; - Pólos instalados e em funcionamento.	- Relatórios de progresso; - Conclusões e recomendações para ações futuras.	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
8.6. Consolidar o sistema de monitoramento e avaliação.	- Equipes básicas nos pólos do Condessa e na coordenação geral; - Pólos instalados e em funcionamento; - Equipamentos de informática disponíveis e funcionando.	- Relatórios de progresso; - Sistema de monitoramento funcionando; - Conclusões e recomendações para ações futuras.	
8.7. Implementar os planejamentos estratégicos anuais.	- Equipes básicas nos pólos do Condessa e na coordenação geral; - Pólos instalados e em funcionamento.	- Documentos para discussão preparados; - Relatórios das reuniões; - Relatórios de progresso.	
8.8. Consolidar a institucionalização formal do Consórcio, com equipes de coordenação geral e técnica, bem como equipes nos núcleos.	- Equipes básicas nos pólos do Condessa e na coordenação geral; - Pólos instalados e em funcionamento.	- Presença de ONGs na região; - Relatórios de progresso de ações das ONGs.	
8.9. Manter equipes técnicas e de coordenação, geral e nos pólos.	- Equipes básicas nos pólos do Condessa e na coordenação geral; - Pólos instalados e em funcionamento.	Custo total das atividades 8.1 – 8.9: € 600.000.	
9.1. Realizar oficinas de capacitação em três temas: 1. Direitos Humanos, Desenvolvimento Local e Políticas Públicas; 2. Monitoramento e mediação de conflitos; 3. Comunicação Comunitária e Inclusiva.	- Consultorias, cursos, publicação e disseminação de material pedagógico; - Insumos para realização das capacitações; - Pólos instalados e em funcionamento.	- Número de eventos organizados; - Relatórios de participação e resultados dos eventos de treinamento; - Relatórios de progresso semestrais sobre a evolução das atividades.	
9.2. Produzir materiais pedagógicos para formação de lideranças nos temas prioritários, inclusive em formatos alternativos como programas de rádio, educação à distância e multimídia.	- Consultorias, cursos, publicação e disseminação de material pedagógico.	- Número e tipo de materiais educativos publicados.	
9.3. Realizar capacitações para o planejamento participativo e a gestão compartilhada do território.	- Consultorias, cursos de formação; - Insumos para a realização das capacitações; - Pólos regionais do Condessa instalados e em funcionamento.	- Relatórios de participação e resultados dos eventos de treinamento; - Relatórios semestrais de progresso do plano BR-163 Sustentável; - Conclusões e recomendações para ações futuras; - Relatórios e pesquisas independentes.	

Atividades	Meios	Indicadores/custos	Hipóteses e riscos
9.4. Realizar capacitações para a elaboração, negociação e a gestão de projetos de caráter inovador de uso sustentável dos recursos naturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Consultorias, cursos, publicação e disseminação de material pedagógico; - Insumos para realização das capacitações; - Pólos instalados e em funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de eventos organizados; - Relatórios de participação e resultados dos eventos de treinamento; - Relatórios de progresso semestrais sobre a evolução das atividades. 	
9.5. Realizar capacitações e intercâmbios para técnicos e produtores envolvidos nos processos de gestão territorial.	<ul style="list-style-type: none"> - Consultorias, cursos, publicação e disseminação de material pedagógico; - Insumos para realização das capacitações; - Pólos instalados e em funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de eventos organizados; - Relatórios de participação e resultados dos eventos de treinamento; - Relatórios de progresso semestrais sobre a evolução das atividades. <p>Custo total das atividades 9.1 – 9.5: € 580.000.</p>	
10.1.Consolidar a implantação de centros de telecomunicação nas cidades centrais e em cada núcleo de ação do Consórcio (Lucas do Rio Verde, Itaituba, Santarém, Altamira, Cuiabá).	<ul style="list-style-type: none"> - Equipes básicas estabelecidas nos pólos do condessa; - Publicação de material de informação sobre o Plano BR-163 Sustentável; - Equipamentos de informática disponíveis e funcionando; - Pólos regionais do Condessa instalados e em funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de centros de tele-comunicação em funcionamento; - Dados sobre a utilização dos centros pela população local; - Relatórios semestrais de progresso sobre as atividades em curso. 	
10.2.Fortalecer o sistema já instalado de rádios comunitárias para disseminação de informações.	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e produção de programas de radio. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de programas de radio produzidos; - Dados sobre a audiência dos programas. 	
10.3.Consolidar e ampliar os sítios na internet das organizações civis e suas redes.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhora dos sites existentes das ONGs na web, de outras organizações da sociedade civil e as suas redes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação disponível na web; - Dados sobre acesso aos sites da web. 	
10.4.Produzir matérias para disseminação de informações (multimídia).	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe de produção disponível. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de informação multimídia na web; - Apresentações multimídia durante as reuniões. 	
10.5.Ampliar telecentros para outras cidades da área de abrangência da BR 163 (Moraes de Almeida, Castelo dos Sonhos, Novo Progresso, p. ex.).	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de novos centros de telecomunicação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de centros de tele-comunicação nas maiores comunidades. <p>Custo total das atividades 10.1 – 10.5: € 500.000.</p>	